

Crescimento Pró-Pobres: Embora um Casamento Contestado, um Divórcio ainda Prematuro

por Terry McKinley, Diretor em exercício, Centro Internacional de Pobreza

Não faz muito tempo, “crescimento pró-pobres” foi adotado como um objetivo primordial do desenvolvimento. Mas seus dois objetivos (tanto mais rápido crescimento com uma maior equidade) foram sempre desajeitadamente alinhados. Um contestado casamento, desde o início, de valores divergentes. E para muitos, parecia, a consumação de uma tal junção conjugal revelou-se excessivamente exigente.

O entusiasmo tem diminuído mais recentemente, na medida em que uma infinidade de adjetivos se atropelam agora acotovelando-se e empurrando “pró-pobres” para fora da cena. Um desfile de pretendentes, antigos e novos: “de base ampla”, “partilhado” e “inclusivo”. Mas por que agora considerar o divórcio entre equidade e crescimento? Deixou o “pró-pobres” de cumprir a sua promessa? É uma maior equidade agora antiquada?

Inúmeros esforços foram empreendidos (temos que admitir) para definir e medir “crescimento pró-pobres”. Alguns enfatizaram o papel do crescimento na consecução de melhorias absolutas. Outros abraçaram a equidade, em primeiro lugar e acima de tudo, optando por reduzir os diferenciais, independentemente do progresso absoluto. Isto significou que os pobres deveriam subir relativamente aos não-pobres, mesmo que o crescimento fosse lento, ou negativo. De fato, alcançar uma maior equidade na distribuição total era a intenção abrangente.

No entanto, o pragmatismo adivinhou uma ‘terceira via’: mesclando ambos os meios de maximizar a redução da pobreza. O crescimento era, assim, já não mais “pró-pobres” ou “anti-pobres”, mas apenas de redução da pobreza para “mais” ou “menos”.

Os partidários da equidade tinham celebrado tal união analítica com os olhos muito fechados. O objetivo, já pré-definido, tinha estabelecido os termos do debate: a redução da pobreza como elevação absoluta (mover as pessoas para acima de uma determinada linha de pobreza). Uma maior equidade era agora simplesmente um meio para tal esforço, não mais um fim em si mesmo. E assim – sem muita pompa nem circunstância – o debate sobre “o crescimento pró-pobres” tinha desmoronado.

Algum tempo antes, as diferenças tinham de fato parecido nítidas. Por exemplo, Nanak Kakwani tinha definido “crescimento pró-pobres”, como uma tendência na qual “os rendimentos dos pobres crescem mais rapidamente do que as dos não-pobres”. Esta norma, claramente relativa, parecia inequívoca.

Em aparente contraste, Martin Ravallion tinha definido “pró-pobres”, como um processo de crescimento que era “de redução da pobreza”. Sob essa bandeira, uma economia em rápido crescimento, como a da China, poderia facilmente qualificar-se, apesar de seu rápido crescimento na desigualdade.

Mas tais diferenças debatidas provaram ser efêmeras. Quando se investiga as respectivas matemáticas dos contestadores, tais divergências desaparecem (Caixa de Texto).

A partir de diferentes pontos de partida, Kakwani e Ravallion haviam chegado à mesma conclusão. A Figura ilustra seu desafio comum. Suponhamos que no país X: 1) a taxa de crescimento real durante 1990-1995 foi de seis por cento, enquanto a Taxa de Crescimento Equivalente à Pobreza (ou a Taxa de Crescimento Corrigida pela Desigualdade) foi de cinco por cento e, em seguida, 2) a taxa de crescimento real durante 1995 -- 2000 baixou para quatro por cento, enquanto a Taxa de Crescimento Equivalente à Pobreza manteve-se em cinco por cento.

Qual resultado é melhor? Um crescimento mais rápido, mas uma maior desigualdade em 1990-1995? Ou o crescimento mais lento, mas uma maior equidade em 1995-2000? Os pragmáticos da pobreza poderiam ser indiferentes (dependendo do peso que colocam em desigualdade).

Os campeadores pelo crescimento poderão optar por 1990-1995 devido a maiores ganhos de não-pobres. Os partidários da equidade poderão optar por 1995-2000 devido à menor desigualdade. Tomara que as novas proposições de casamento do crescimento - tais como as do popular "inclusivo"-possam ajudar a resolver essas controvérsias desafiadoras ou esclarecer, pelo menos, as questões centrais.

Crescimento Pró-Pobre: Definições duelando?

1. A definição de Kakwani, Khandker e Son (2004):

A Taxa de crescimento equivalente à pobreza = a taxa de crescimento real x (o total da elasticidade da pobreza / a elasticidade da pobreza do crescimento).

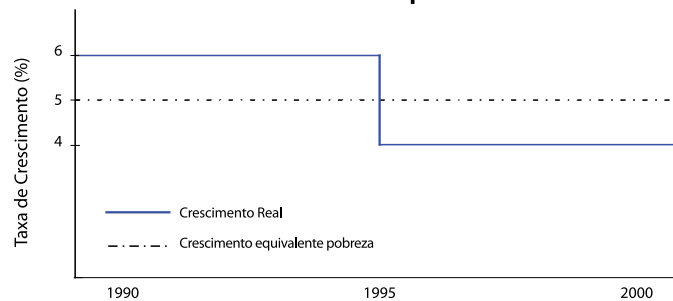
Onde a "elasticidade total da pobreza" inclui 1) a elasticidade da pobreza com relação a uma mudança na desigualdade e 2), a elasticidade da pobreza do crescimento. Portanto, se a pobreza diminui conforme se reduza a desigualdade, o coeficiente da última expressão se eleva e a Taxa de crescimento equivalente à pobreza supera a taxa de crescimento real.

2. A definição de Ravallion (2004):

A taxa de crescimento corrigida pela desigualdade = Taxa de crescimento normal x (uma constante x (1 - um índice desigualdade)^g).

Onde um índice de desigualdade poderia ser uma medida como um coeficiente de Gini. Assim, a taxa de crescimento corrigida pela desigualdade subiria conforme o Gini seja reduzido porque o termo multiplicativo "(1-Gini)" se elevaria.

Crescimento Real Versus Crescimento Equivalente à Pobreza



Referências:

- Nanak Kakwani, Shahid Khandker and Hun H. Son (2004). 'Pro-Poor Growth: Concepts and Measurement with Country Case Studies'. Working Paper #1 of the International Poverty Centre, Brasília, August.
Martin Ravallion (2004). 'Pro-Poor Growth: A Primer'. World Bank Research Working Paper #3242, March.